

Calendário de depoimentos da CPI já inclui senador

Pelo menos três parlamentares devem ser ouvidos na próxima semana pelo plenário da CPI que investiga as irregularidades no Orçamento: terça-feira pela manhã



o deputado João de Deus Antunes (PPR-RS), que pediu para ser convocado; à tarde, deputado Flávio Derzi (PP-MS); quinta-feira, ex-líder do PPR na Câmara, José Luiz Maia (PI), que deixou o cargo ao ser citado como possível envolvido na máfia do Orçamento. A decisão foi tomada à noite, na segunda de duas tensas reuniões da CPI.

Também foram definidos os depoimentos do deputado Messias Góis (PFL-SE) e do senador Ronaldo Aragão (PDMB-RO). A convocação de Aragão foi uma das grandes novidades da reunião da CPI ontem à noite. Ele é o primeiro senador convidado a dar explicações.

Sem sigilo — Em outra reunião, pela manhã, a CPI do Orçamento precisou de quatro horas para aprovar quatro quebras de sigilo bancário e fiscal. Além da nova lista de suspeitos, composta pelos dez parlamentares citados na carta do economista José Carlos Alves dos Santos, a Comissão vai ouvir mais um deputado: Jesus Tajra (PFL-PI), que apareceu nos documentos da construtora Norberto Odebrecht.

Os demais sujeitos a devassa bancária e fiscal são Maria Teresa da Silva, Maria do Socorro Davi e Juvenal Rodrigues Neto. Os três são suspeitos de irregularidades na concessão e uso de subvenções sociais para a prefeitura de Imperatriz (MA), intermediadas pelo deputado Daniel Silva (PPR-MA).

O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) fracassou na tentativa de escapar do plenário da CPI. Ibsen pediu para explicar seu milhão de dólares diretamente à

CARLOS MOURA



Mercedante e Magalhães na tensa reunião da CPI: novo calendário

subcomissão, evitando o depoimento público transmitido ao vivo por rede nacional de rádio e televisão. Diante da insistência do coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA), de que há elementos para a convocação de Ibsen, o presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), concordou. O senador argumentou que o peemedebista poderia ser ouvido informalmente pela subcomissão, como o foi o líder do PPR na Câmara, José Luiz Maia (PI), mas isto não o dispensaria do pleno da

CPI. Os deputados Francisco Diógenes (PPR-AC) e Raquel Cândido (PTB-RO) também serão chamados a depor para esclarecer a suspeita de irregularidades na distribuição e aplicação de recursos das subvenções sociais.

Ibsen também não terá acesso especial aos documentos e contas da subcomissão, como pretendia. Poderá apenas explicar-se. Ficou para depois uma decisão sobre outros parlamentares cuja convocação para as subcomissões eram defendidas por alguns membros da CPI.